

**LEI N.º 2.422, DE 26 DE MAIO DE 2008.**

**“FIXA OS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES E DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARAPUÃ PARA A LEGISLATURA DE 2.009 A 2.012”.**

*ANTONIO ALVES DA SILVA, Prefeito Municipal de Parapuã, Comarca de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARAPUÃ PROMULGA, e ela APROVOU e ele SANCIONA em redação final a seguinte Lei:*

***Artigo 1º** - Fica fixado em obediência às disposições do inciso VI do artigo 29 da Constituição Federal e do inciso VII, alínea “a” do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Parapuã, o subsídio de cada um dos **Vereadores da Câmara Municipal de Parapuã, a partir de 01 de janeiro de 2.009, em R\$ 1.130,00** (mil cento e trinta reais) mensais, sendo vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.*

***Artigo 2º** - O Vereador no exercício da Presidência da Câmara Municipal receberá um subsídio no valor **R\$ 1.840,00** (um mil oitocentos e quarenta reais) mensais.*

***Artigo 3º** - O Vereador e o Presidente da Câmara ausentes sem justificativa às Sessões Ordinárias, ou comparecendo, não participar de votação, terá descontado o equivalente a 30% (trinta por cento) do subsídio mensal.*

***Artigo 4º** - Para fins de recebimento do subsídio, considerar-se-á o disposto na alínea “a”, parágrafo 3º do artigo 6º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Parapuã.*

***Artigo 5º** - As Sessões Extraordinárias não serão remuneradas.*

***Parágrafo Único** – Embora não sejam remuneradas, as faltas não justificadas às Sessões Extraordinárias incidirão em descontos de 10% (dez por cento) no valor do subsídio mensal.*

***Artigo 6º** - Nos períodos de recesso Legislativo não havendo ocorrência de Sessões Extraordinárias, a percepção do subsídio será integral.*

***Parágrafo Único** – Ocorrendo Sessões Extraordinárias no período de recesso as faltas às mesmas sofrerão descontos de conformidade com o parágrafo único do artigo 5º.*

**LEI N.º 2.422, DE 26 DE MAIO DE 2008.**

*Artigo 7º - Os subsídios de que trata esta Lei serão revistos, por Lei específica, anualmente, sempre na mesma data e sem distinção de índices, sendo observados os limites estabelecidos na Constituição Federal.*

*Artigo 8º - As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias constantes no orçamento, suplementadas se necessário.*

*Artigo 9º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2.009, ficando revogadas as disposições em contrário.*

*Prefeitura Municipal de Parapuã, aos 26 de maio de 2008.*

**ANTONIO ALVES DA SILVA**  
**Prefeito Municipal**  
**Parapuã**

*Publicada e registrada em livro próprio na Secretaria da Prefeitura Municipal de Parapuã e afixada em lugar de costume na data supra.*

**CLAYTON FERREIRA DA SILVA**  
**Secretário designado**

*Projeto de Lei nº 02/2008, de autoria dos Vereadores Jamil Munhos Val e Samir Alberto Pernomian, aprovado em sessão ordinária de 19/05/2008, com emenda aos artigos 1º e 2º, datada de 08/05/2008, dos Vereadores Luiz Carlos Trintin, Marco Antonio Marques, José Aparecido Alves da Silva, José Aparecido dos Santos, José Custódio Jorge e Roney Mauricio Temporim.*